

Uma (Breve) Introdução ao Pensamento Pós-Estruturalista

Daniel de Mendonça

Professor no Departamento de Sociologia e Política e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. ddmendonca@gmail.com

A (Short) Introduction to Post-Structuralist Thought

Resumo: Neste artigo, proponho um caminho para organizar a tarefa inicial de compreensão do pós-estruturalismo. Trata-se de um trajeto que inicia com as análises estruturais de Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss, passa pela discussão ontológica de Martin Heidegger sobre o fundamento e, finalmente, chega na desconstrução estrutural de Jacques Derrida. Meu objetivo não é falar exaustivamente sobre cada um dos autores, mas, a partir de categorias centrais dos seus pensamentos, apontar um caminho para uma compreensão geral do pós-estruturalismo.

Palavras-chave: Pós-estruturalismo; Pós-fundacionalismo; Lévi-Strauss, Heidegger; Derrida.

Abstract: *In this article, I propose a way to organize initial steps for comprehending post-structuralism. It is a path that begins with Ferdinand de Saussure and Claude Lévi-Strauss' structural analyses, and then proceeds toward Martin Heidegger's ontological discussion of the ground and, finally, arrives at Jacques Derrida's structural deconstruction. My goal is not to talk about each of these authors comprehensively but, using main categories of their thought, to point out a pathway for a general comprehension of post-structuralism.*

Keywords: *Post-structuralism; Post-foundationalism; Lévi-Strauss; Heidegger; Derrida.*

Introdução

Talvez uma das tarefas mais complicadas para quem inicia a sua aventura na longa jornada em direção do entendimento do pós-estruturalismo seja a de encontrar textos introdutórios que auxiliem nesses primeiros passos. Trata-se de um verdadeiro trabalho de arqueólogo, ainda mais se essa busca ficar restrita ao que foi produzido ou traduzido para a língua portuguesa¹. Ainda assim, é prudente buscar por essas introduções, uma vez que não é nada convidativo ao iniciante a leitura direta dos textos de Jacques Derrida ou de Gilles Deleuze, somente para dar dois exemplos de filósofos rotulados como pós-estruturalistas.

Mesmo a estratégia de ler Derrida e/ou Deleuze, iniciando por uma série de obras introdutórias sobre esses autores, tampouco se revela eficaz à compreensão mais ampla do pós-estruturalismo. A razão é simples: praticamente nenhum autor rotulado como “pós-estruturalista” se viu como tal, uma vez que “pós-estruturalismo” foi um termo cunhado pela academia estadunidense na tentativa de classificar formas de pensamento heterogêneas, cujo ponto comum, como veremos, foi a recusa de uma leitura de mundo essencialista que reinava no estruturalismo francês (PEETERS, 2013).

Nesse sentido, quando falamos em pós-estruturalismo, falamos de um termo essencialmente negativo, ou seja, não se trata de um movimento intelectual organizado ou de um sistema de pensamento comum. O pós-estruturalismo é, antes, a negação do fundamento, da essência, do fechamento de sentidos, compartilhada por diversos filósofos franceses a partir do final da década de 1960. Porém, ainda que tal negação possa ser encontrada diversas vezes nos textos desses pós-estruturalistas por leitores treinados e familiarizados, ela dificilmente será percebida por um iniciante neste campo de estudos.

Neste artigo, sem a pretensão de cobrir de forma abrangente

[1] Em língua portuguesa, sugiro a introdução elaborada por James Williams (2013). De minha autoria, ver: Mendonça (2016).

a diversidade do pós-estruturalismo, proponho um caminho para organizar a tarefa inicial de compreensão dessa temática tão cara às ciências humanas em geral. Trata-se de um trajeto que inicia em Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss, passa por Martin Heidegger e chega em Jacques Derrida. É claro que meu objetivo não é, novamente, falar exaustivamente sobre cada um dos autores acima. Minha ideia é apontar um caminho para uma compreensão geral do pós-estruturalismo, indicando *insights* e categorias teóricas ou filosóficas centrais que foram ou criadas por esses autores ou por eles desenvolvidas.

Nesse sentido, partindo do princípio de que o pós-estruturalismo é uma “reação” ao estruturalismo, não podemos falar do primeiro sem considerarmos o segundo. É por essa razão que o meu ponto de partida será apresentar a lógica do pensamento estrutural, iniciando por Saussure, um “estruturalista *avant-garde*”, e, na sequência, mencionar a centralidade do pensamento do maior expoente do estruturalismo, Lévi-Strauss. A seguir, apresentarei a forma como Heidegger elabora a questão do fundamento, a partir da sua noção de *Abgrund*. Na última seção, discutirei a forma como Derrida critica o estruturalismo, a partir do que chamo de a inspiração heideggeriana presente em Derrida.

“No princípio era...” Saussure e Lévi-Strauss

Quando falamos em estruturalismo, a primeira referência é Saussure e o seu *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2006). Este livro, como amplamente sabido, é resultado da compilação dos cursos ministrados pelo linguista genebrino entre 1906 e 1911, realizada por seus discípulos e publicada em 1916, três anos após a sua morte. No *Curso*, são estabelecidas as bases para o estudo das línguas a partir do que será por ele chamado de linguística estrutural.

É bem conhecida a distinção saussuriana entre a linguística diacrônica, que, de forma geral, estuda a evolução histórica da língua e a sincrônica, que trata a língua como um sistema de elementos relacionados entre si. Para Saussure, que toma o segundo caminho, a língua é um sistema no qual todas as partes devem ser consideradas em solidariedade sincrônica. Antes de explicar a lógica da solidariedade sincrônica, é importante mencionar a distinção que Saussure faz entre língua e fala. Para o autor, a língua – o português, o inglês, o espanhol – deve ser sempre considerada a partir de uma lógica estrutural. Nesse sentido, ela é muito mais do que um código linguístico, sendo um sistema social compartilhado entre todos os falantes. Os falantes são sujeitos de um sistema linguístico, ou seja, para que eles possam ser compreendidos entre si, eles devem se submeter a esse sistema e serem, numa palavra, seus reprodutores. A fala, por outro lado, é um ato individual.

O objeto de estudo de Saussure é a língua e não a fala, ou seja, o que interessa ao linguista é a dimensão estrutural e não a subjetividade de cada falante. Isso quer dizer que cada ato de fala é sempre precedido e está sempre imerso em um sistema linguístico partilhado entre os indivíduos. Dito isso, vejamos agora os elementos básicos da linguística sincrônica que posteriormente fundamentaram o pensamento estruturalista.

O primeiro, como vimos, reside no fato de que a língua é um sistema, dependente, portanto, de uma solidariedade social. O elemento linguístico essencial é o signo linguístico, ou seja, a união entre o conceito ou o significado, o qual, segundo Saussure, gera o sentido ou a compreensão, e a imagem acústica, que é o significante.

É fundamental entender a ideia de que o signo linguístico, segundo Saussure, não une uma palavra a uma coisa, mas articula um conceito (significado) a uma imagem acústica (significante). Isto quer

dizer que o que é nomeado não é a tradução linguística de uma “coisa”, como suporia um realismo epistemológico ingênuo. Tal característica Saussure chama de a “arbitrariedade do signo linguístico”, ou seja, o signo nomeia arbitrariamente uma coisa. Assim, algo é chamado de “copo” a partir de um batismo arbitrário da língua e não como resultado da tradução da natureza da coisa que foi nomeada “copo”.

Outro elemento fundamental do signo é o seu caráter relacional e negativo. Tal elemento nos ajuda a compreender, por exemplo, o que hoje amplamente conhecemos como teoria da diferença. Nesse sentido, um signo, segundo Saussure, refere-se a outro signo, diferenciando-se dele. Em outras palavras, um signo nunca é positivo, mas negativo, sempre revelando uma diferença. Assim, um signo só pode ser compreendido na relação com outro signo.

Pensemos, por exemplo, nos signos relacionados à ideia de família. “Pai”, sendo um elemento da estrutura familiar, somente o é, uma vez que ele se relaciona negativamente com os demais elementos. Assim, “pai” não é “mãe”, “filho” ou “filha”. Percebamos como a negatividade, a interdependência e a função exercida pelos signos linguísticos promovem o sentido, ou seja, a nossa capacidade de compreensão deriva-se do fato de que compartilhamos uma estrutura significativa comum ou, para usar o termo saussuriano específico, um sistema linguístico.

Apresentados os elementos do pensamento de Saussure que serão fundamentais ao ulterior desenvolvimento do estruturalismo, passemos, de forma imediata e muito panorâmica, à abordagem de Claude Lévi-Strauss, que incorpora à antropologia as principais teses da linguística estrutural. Inicialmente, é digno de nota que o antropólogo francês defende que os fenômenos de parentesco são fenômenos do mesmo tipo que os linguísticos, indicando, assim, a existência de uma homologia entre a antropologia e a linguística

estrutural (LÉVI-STRAUSS, 2012).

O estruturalismo, uma novidade teórica no campo das ciências humanas e sociais, tem início no final dos anos 1940, cujas noções centrais de totalidade e de interdependência, como já indiquei, são oriundas do estruturalismo linguístico. Como na linguística, as relações humanas são estruturais e totalizantes, sendo preciso compreender a articulação e a interdependência de seus elementos.

Dito isso, pergunta-se: qual é o objetivo do estruturalismo? Para Lévi-Strauss, o objetivo do estruturalismo não é simplesmente conhecer as relações mais aparentes entre os elementos estruturais. O objetivo efetivo do estruturalismo é ir além dessas relações mais superficiais entre os elementos, uma vez que o que ele busca é conhecer aquilo que subjaz às relações sociais, ou seja, o fundamento que governa as relações de uma estrutura (Lévi-Strauss, 1967). Nos estudos de Lévi-Strauss sobre as estruturas de parentesco, o antropólogo identificou que as três formas de relações familiares – a consanguinidade, a aliança e a filiação – fundamentam-se na proibição do incesto, que é universal entre as comunidades humanas. Essa proibição é o não dito, o interdito silencioso que fundamenta as relações familiares em todas as sociedades. Conforme Lévi-Strauss, em antropologia, como em linguística, o método estrutural “consiste em descobrir formas invariantes no interior de conteúdos diferentes” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 393).

É central saber, a partir do estruturalismo, que uma estrutura é uma totalidade, uma relação de interdependência entre elementos que se articulam entre si, que guarda formas invariantes governadas por um fundamento que, silenciosamente, opera entre conteúdos diferentes numa estrutura social. Assim, o estruturalismo é a busca pelo fundamento, pelas formas invariantes, por algo imutável que subjaz toda e qualquer estrutura social.

[2] Desenvolvi uma análise mais abrangente sobre a relação entre ser e fundamento em Heidegger em outro lugar (MENDONÇA, 2020).

O Abgrund heideggeriano

Vejamos agora a noção de *Abgrund*² de Martin Heidegger e a sua importância para o pensamento pós-estruturalista. *Abgrund* significa sem fundamento, sem chão, afundamento, sem fundo. Esse elemento de desfundamentação, que marca o pensamento heideggeriano, será central à forma de pensar desconstrucionista característica ao pós-estruturalismo. Assim, para entendermos o pós-estruturalismo como a desfundamentação do estruturalismo, precisamos dar um passo atrás no tempo e entendermos a revolução heideggeriana concernente à questão do fundamento. A obra central de Heidegger para essa discussão específica é *O Princípio do Fundamento* (HEIDEGGER, 1999), publicada originalmente em 1956, quase trinta anos após *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 2002). Neste livro, como o seu título indica, Heidegger busca pela “essência do fundamento”. As questões são mais ou menos as seguintes: quando falamos em fundamento, estamos falando exatamente sobre o quê? O que é um fundamento? De que maneira devemos lidar com a ideia de fundamento?

Para elaborar essa discussão, Heidegger parte da análise do princípio do fundamento de Leibniz, o qual estabelece que *nihil est sine ratione*, ou seja, “nada é sem fundamento”. Dito de outra forma, para Leibniz, tudo que existe tem um fundamento. O que é, nesse sentido, um fundamento? Segundo a análise de Heidegger, fundamento é “a base, o *fundus* em que alguma coisa se apoia, está e jaz” (HEIDEGGER, 1999, p. 136). Em outras palavras, fundamento é aquilo que é a causa ou a condição de algo. Se o fundamento é a causa ou a condição de algo, significa que ele precede aquilo que fundamenta, ou seja, o fundamento está fora daquilo que ele fundamenta. Nesse sentido, o fundamento é, ao mesmo tempo, algo exterior e causador do que é fundamentado.

O fundamento está intimamente ligado aos objetivos da ciência

e da epistemologia. Em *O Princípio do Fundamento*, Heidegger apresenta o exemplo da Botânica, ramo do conhecimento científico que explica as causas da existência das plantas. Dessa forma, o filósofo afirma que uma planta está fundamentada a partir da cadeia causal que possibilita a sua existência, ou seja, o solo no qual ela está plantada, a água da chuva, a luz do sol etc., sendo todas essas causas anteriores à existência da planta e que baseiam a sua existência. A ciência dedica-se ao estudo dos entes, da planta, do solo, da água, etc. Notamos, no sentido que atribuímos ao fundamento, que solo, água e sol estão fora da planta, não nela. Essa distinção entre o ente fundamentado e o que está além dele e que o fundamenta é decisiva para entendermos a virada que Heidegger promoverá no que concerne à questão do fundamento.

Para Heidegger, a ciência cuida dos entes; ela não é capaz de perscrutar o ser. Segundo ele – e esse ponto é central em seu argumento – o fundamento, no sentido ontológico, contrariamente à busca científica, não está fora ou além do ente, mas *no* ente. O filósofo inverte a forma de pensar sobre a temática. Tal inversão ocorre a partir da resignificação do princípio do fundamento de Leibniz há pouco mencionado, como veremos agora.

Retomemos o enunciado do princípio do fundamento de Leibniz: “nada é sem fundamento”. A leitura tradicional deste indica que “tudo tem fundamento”. Tal interpretação é chamada por Heidegger de a “primeira tonalidade” de leitura do princípio. No entanto, o filósofo alemão apresenta a “segunda tonalidade” de leitura, focando agora nos termos “é” e “fundamento”. Note-se que “é” é o verbo ser. Essa nova tonalidade indica outra maneira de vislumbrarmos o fundamento. Para Heidegger, significa que cada ente, como ente, tem um fundamento. Assim, o filósofo reafirma a existência do fundamento, mas tal existência deve ser buscada no nível dos entes e internamente a eles.

O fundamento está no ente e não fora dele. O ente auto fundamenta-se. Porém, qual é o impacto dessa mudança de tonalidade? Para Heidegger, a busca pelo fundamento, como disse, não é científica, mas não é igualmente de cunho epistemológico. Nenhuma ciência é capaz de compreender efetivamente o que o fundamento é. O fundamento deve ser perscrutado no âmbito da ontologia, ou seja, na reflexão do ser enquanto ser. Dito isso, qual é, então, a relação entre ser e fundamento para Heidegger?

Primeiramente, é fundamental entender que Heidegger desloca a discussão sobre o fundamento, tradicionalmente nos campos epistemológico e científico, para o terreno ontológico, que é o terreno da reflexão do ser enquanto ser. Aqui surge uma das questões mais interessantes e complicadas de se compreender na lógica heideggeriana. Para Heidegger, ser é de tipo fundamental, ou seja, há uma relação intrínseca entre ser e fundamento. Dito de outra forma: para o filósofo, ser e fundamento são o *mesmo*. Notamos, no entanto, que o *mesmo* para Heidegger *não* significa dizer que ser e fundamento são iguais. O mesmo significa “mesmidade”. Ser e fundamento coadunam uma “mesmidade”, o que é algo completamente diferente de dizer que eles são iguais, uma vez que ser indica uma coisa e fundamento indica outra coisa.

Heidegger afirma que ser “é”, na essência, fundamento. Se o ser “é”, na essência, fundamento, ser *não* pode ter fundamento. Tal constatação nega a lógica tradicional científico-epistêmica sobre o fundamento que vimos há pouco, ou seja, a de que o fundamento estaria fora dos entes. Se ser “é”, na essência, fundamento, ser, logicamente, não tem fundamento. Se ser não tem fundamento, estamos diante de um *Abgrund*, um sem fundo, um sem fundamento. Assim, se o ente é, ou seja, uma cadeira é, o ser humano é, Deus é, é porque eles são entes. Se o ente é, ou seja, se ele tem fundamento, ele,

ontologicamente falando, auto fundamenta-se. O ser, contrariamente, não é, uma vez que ele não tem fundamento. Se o ser tivesse fundamento, ele não seria ser, seria ente.

Com base no trajeto percorrido até o momento, é preciso considerar dois elementos. O primeiro: vimos a estrutura como uma totalidade formada por elementos interdependentes e que se relacionam entre si de forma negativa. O estruturalismo, como também vimos, busca conhecer a essência estrutural, ou seja, um fundamento que está além dela e que a governa. O segundo: vimos, a partir de Heidegger, que o fundamento não existe no nível do ser. E o fundamento existente no nível dos entes tem outro tratamento em relação àquilo que o estruturalismo e o fundacionalismo apregoam. Isso quer dizer que, ainda que o ente seja fundamentado, este fundamento é um auto fundamento. Temos de ter em mente que como ser não tem fundamento, lembrando que em Heidegger (2002), o ser é sempre o ser de um ente, o fundamento do ente será sempre precário e contingente.

Enfim, Derrida

Nesta última seção, numa tentativa de juntar as peças ainda deixadas soltas nas seções precedentes, apresentarei alguns elementos da leitura crítica de Derrida ao estruturalismo, quando este filósofo mobiliza elementos pós-fundacionais, em grande medida influenciados pelo pensamento heideggeriano. Como afirmei, minha intenção é tentar agir como um *bricoleur*, juntando as peças desse quebra-cabeça pós-estruturalista, que articula estruturalismo e pós-fundacionalismo.

Para Derrida (2002), especificamente, a crítica ao estruturalismo está ligada à “estruturalidade da estrutura”, a partir de uma operação desconstrutivista que identifica o fundamento e o essencialismo presentes no estruturalismo. Ao essencialismo e fundamento, o filósofo

dá o nome de “centro”. O problema, segundo Derrida, não é o de uma estrutura ter um centro, uma vez que ele parte do pressuposto de que uma estrutura sem centro é algo impensável (DERRIDA, 2002). O problema está no estatuto que o centro estrutural ocupa no contexto do estruturalismo. Trata-se de um centro fundante e fixo ou, dito de outra forma, a leitura derridiana do centro representa, lembrando Lévi-Strauss, as formas invariantes que deveriam ser descobertas em uma dada estrutura.

Essa condição de imutabilidade do centro está, como todo fundamento essencialista indica, fora da estrutura. Derrida entende que o “centro” estrutural do estruturalismo não é propriamente um centro, visto que o que é imutável numa estrutura, em última análise, não faz parte do jogo estrutural, não está na estrutura, mas fora dela. O “centro”, portanto, não é um centro, mas o fundamento transcendente. O centro, no estruturalismo, é um centro de controle, um fundamento fixo, que silenciosamente governa a estrutura.

Diversas são essas figuras de centro na história do pensamento humano segundo Derrida: essência, sujeito, consciência, Deus, homem. Na história da metafísica da presença, todas essas figuras assumiram, em algum momento, essa condição de centro. Derrida questiona esse centro fundante da estrutura, defendendo a ideia de uma estrutura que, ao contrário, não possua um fundamento transcendente. Ele desenvolve um argumento muito semelhante ao de Heidegger, ou seja, de que o ente auto fundamenta-se. Nesse sentido, uma estrutura se auto estrutura, o que significa que ela não se constitui a partir de um fundamento que lhe seja transcendente. Toda estruturação da estrutura, como vimos, é interna a ela. A conclusão derridiana é inevitável: o centro joga o jogo estrutural podendo, inclusive, deixar de ser centro.

A questão para Derrida é: como isso ocorre? Como esse auto

fundamento tem lugar? Para ele, primeiramente, a totalização de sentidos de uma estrutura é algo impossível, uma vez que a estrutura está sempre pronta para ser reestruturada. Há, conforme o pensamento derridiano, duas formas de perceber essa impossibilidade.

A primeira forma que indica a impossibilidade de totalização é a que Derrida chama de a “hipótese clássica”: a estrutura não será total, uma vez que ela é “um discurso finito correndo em vão atrás de uma riqueza infinita que jamais poderá dominar” (DERRIDA, 2002, p. 244). Assim, a estrutura não será total, segundo essa hipótese, porque essa estrutura é um discurso finito, incapaz de abarcar a infinitude que sempre a excede. Derrida descarta a hipótese clássica, preferindo uma solução *à la* Heidegger que, na falta de um nome, Oliver Marchart (2007) batizou-a de “hipótese pós-clássica”.

Nesta segunda hipótese, a totalização também é impossível, mas não pelo excesso de sentidos que transborda uma estrutura finita, como entende a hipótese clássica. Ao contrário, o campo que permite essas substituições infinitas é também marcado por uma falta constitutiva, resultando, assim, na impossibilidade de sua própria totalização. Nesse sentido, a impossibilidade de fundamento final de uma estrutura no nível ôntico se dá justamente porque, sob o ponto de vista ontológico, o ser não tem fundamento.

Assim, por um lado, o pós-estruturalismo mantém a lógica da totalização (sempre parcial) de uma estrutura, lógica essa oriunda do estruturalismo, como aprendemos com Saussure e Lévi-Strauss. Por outro lado, o pós-estruturalismo desconstrói o preceito central do estruturalismo, ou seja, aquele que busca encontrar ou descobrir as formas invariantes no interior de conteúdos diferentes. A estrutura, de acordo com a perspectiva pós-estruturalista, auto fundamenta-se sem a crença na necessidade de descobrir fundamentos ou essências transcendentais. Mantém-se, portanto, a lógica estrutural,

mas sem a existência de um centro fundante externo a esta e imune às transformações.

A estrutura estrutura-se num jogo infinito de possibilidades e de emancipações.

REFERÊNCIAS

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: _____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 227-248.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **O princípio do fundamento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A análise estrutural em linguística e antropologia. In: _____. Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. Estruturalismo e crítica. In: COELHO, Eduardo Prado (Org.) **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**. São Paulo/Lisboa: Martins Fontes/Portugália, 1967.

MARCHART, Oliver. **Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Left, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MENDONÇA, Daniel de. A questão do fundamento em Heidegger e a importância para a teoria política pós-estruturalista. **Trans/Form/Ação, Marília**, v. 43, n. 4, p. 117-146, Out./Dez., 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/8930/6884>.

_____. Democracia e Desigualdade: pós-estruturalismo. In: MIGUEL, Luis Felipe (Org.) **Democracia e desigualdades: o debate da teoria política**. São Paulo: Ed. UNESP, 2016.

PEETERS, Benoît. **Derrida: biografia**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

WILLIAMS, James. **Pós-Estruturalismo**. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.